

**HABEAS CORPUS Nº 570.290 - SP (2020/0078863-7)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**TALES PATAIAS RAMOS - SP310258**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : FELIPE CUNDAVICIUS (PRESO)**  
**PACIENTE : HUGO GUILHERME ARAUJO DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FELIPE CUNDAVICIUS e HUGO GUILHERME ARAUJO DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0000811-33.2016.8.26.0540.

Consta dos autos que o Réu FELIPE CUNDAVICIUS foi condenado às penas de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 18 (dezoito) dias-multa, e o Réu HUGO GUILHERME ARAUJO DE SOUZA foi condenado às penas de 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 03 (três) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 (treze) dias-multa, como incursos no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, pois, "*subtraíram, para proveito comum, mediante grave ameaça contra as vítimas Alex Freitas de Souza e Patrícia Paula da Silva de Souza, o veículo GM/Celta, placas DFX 9020, avaliado em R\$ 8.000,00 (auto de fl. 16), pertencente a Alex Freitas de Souza e 01 bolsa feminina 01 aparelho de telefonia celular marca Motorola, bem avaliado em R\$ 500,00 (autó) de fl. 20) bens pertencente a Patrícia Paula da Silva*" (fl. 12).

Inconformada, a Defesa apelou. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento ao recurso "*apenas para reduzir a pena de Felipe Cundavicius para 07 anos, 01 mês e 10 dias de reclusão, no regime inicial fechado, além do pagamento de 17 dias-multa, com valor unitário mínimo e de Hugo Guilherme Araújo de Souza para 05 anos e 04 meses de reclusão, no regime inicial fechado, além do pagamento de 13 dias-multa, com valor unitário mínimo, mantida, no mais, a r. sentença, v.u.*" (fl. 21), nos termos da seguinte ementa (fl. 22) :

**"ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES -  
PRETENDIDA A REDUÇÃO DAS REPRIMENDAS IMPOSTAS,  
FIXANDO A PENA- BASE NO MÍNIMO LEGAL, A COMPENSAÇÃO**

*INTEGRAL ENTRE A CONFISSÃO E A REINCIDÊNCIA E A ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL - PARCIAL ACOLHIMENTO - DOSIMETRIA COMPENSAÇÃO ENTRE REINCIDÊNCIA E CONFISSÃO, S. 545 E TEMA 585 AMBOS DO COL. STJ - REGIME FECHADO ADEQUADAMENTE ESTABELECIDO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO."*

Neste *writ*, sustenta a Parte Impetrante, em suma, constrangimento ilegal pela pena-base ter sido estabelecida acima do mínimo legal. Questiona, ainda, a fixação do regime prisional fechado.

Requer, liminarmente, que "*seja deferido à paciente o direito de aguardar o julgamento deste habeas corpus no regime inicial mais brando*" (fl. 10). No mérito, busca a fixação da pena-base no mínimo legal e regime prisional menos gravoso.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

Na hipótese vertente, o Tribunal de origem manteve a pena-base acima do mínimo legal, com a seguinte fundamentação (fls. 24-25; grifo no original):

*"Na primeira fase, sopesadas as circunstâncias do art. 59 do Cód. Penal, a pena-base sofreu incremento na fração de 1/3, sob a seguinte argumentação:*

*'(...) foi violenta a abordagem dos réus junto às vítimas, ao menos psicologicamente, eis que apontaram o simulacro de arma de fogo junto à cabeça da vítima antes de subtraírem o carro e a bolsa delas, o que também confere maior reprovabilidade ao fato. Por fim, anoto que a diversidade e a qualidade de um dos bens (veículo) são também suficientes para conferir ao presente fato maior gravidade' (fl.170).*

*De fato, o dolo na conduta perpetrada por **Felipe e Hugo Guilherme** extrapolou ao natural definido ao tipo penal em apreço (art. 157, CP).*

*Isso porque ao direcionar e aproximar o simulacro de arma de fogo contra a cabeça das vítimas, os Réus causaram, como corolário lógico e natural, severo abalo psicológico nas vítimas, sendo completamente desnecessário o agir mais gravoso para obtenção do resultado útil do proveito criminoso.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Mantenho, assim, a fixação da pena-base em 05 anos e 04 meses de reclusão, além do pagamento de 13 dias-multa no piso."*

Vê-se que a majoração da pena-base e, por conseguinte, a fixação do regime prisional fechado, não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada na gravidade concreta da conduta e o *modus operandi* dos Agentes que, **de madrugada, apontaram o simulacro de arma de fogo contra a cabeça das vítimas para realizar a subtração.**

Como se sabe, "*estabelecida a pena-base acima do mínimo legal, por ter sido desfavoravelmente valorada circunstância do art. 59 do Código Penal, é possível a fixação de regime prisional mais gravoso do que o indicado pelo quantum de reprimenda imposta ao réu*" (HC 446.919/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018).

Concluo, assim, que as circunstâncias acima registradas, *primo ictu oculi*, não permitem a constatação da patente ilegalidade sustentada pela Defesa e obstam, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Dispensadas as informações, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora